

Esforço de parceria

22 JAN 1994

O GLOBO

MURÍLIO HINGEL

Há um compromisso a que o Ministério da Educação e do Desporto tem dado absoluto relevo: a preocupação com a recuperação da educação básica nacional. A qualidade do ensino fundamental é um dos vetores da atuação da equipe gestora do ministério.

Ao longo dos últimos meses, o MEC tem insistido na profissionalização do magistério, na qualidade de ensino fundamental, na autonomia da escola, na equidade da aplicação dos recursos disponíveis. Mas, principalmente, tem-se insistido no engajamento dos segmentos sociais mais representativos da sociedade brasileira no esforço de promoção, avaliação e divulgação dos esforços de universalização e melhoria da educação básica.

O espírito participativo que preside o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), cuja formulação envolveu os mais diversos setores da sociedade civil e do Governo, a partir de maio de 1993, contagiou todos os envolvidos no processo de aprendizagem de crianças, jovens e adultos. A parceria foi, assim, o caminho encontrado para garantir a educação para todos.

Os debates promovidos nacionalmente, bem como as ações que já começam a ser desenvolvidas, trazem frutos promissores. Restaura-se, gradualmente, no seio da sociedade, a percepção de que a educação é a maior das prioridades. O Compromisso Nacional de Educação para Todos, documento balizador do Plano Decenal, assumiu a condição de roteiro necessário aos atuais gestores da educação em todas as partes do país.

É no sentido da articulação com os demais que se dirige toda a estratégia do Ministério da Educação. Estimula-se o diálogo de parcerias e responsabilidades mútuas.

A estratégia das alianças entre o Governo federal e as Secretarias estaduais e municipais de Educação é elemento definidor dos esforços envidados. Mas elas não ficam reduzidas ao âmbito governamental. Entidades não-governamentais têm dado especial atenção à política de alianças por meio de discussão pública, da redefinição de metas e do necessário controle na aplicação dos recursos e projetos em todos os níveis de ensino.

O ministério tem, assim, cumprido sua parte. O novo ano escolar de 1994 se iniciará em breve com uma satisfatória participação do MEC na tarefa de oferecer as condições para o pleno funcionamento das aulas. O planejamento desenvolvido por diferentes órgãos do ministério permite afirmar: foi cumprida a obrigação básica do ministério no que se refere à tarefa de colaborar com os estados e municípios no esforço da escolaridade.

Os dados são evidentes. Os relatórios de 1993 mostram que os repasses de recursos para os esta-

dos e municípios foram cumpridos. A merenda escolar, depois de uma revisão completa no sistema que a geria, está garantida para o início do semestre letivo de 1994. Os recursos liberados e em processo de liberação já se traduzem na chegada dos livros didáticos e de material escolar antes mesmo do início do ano escolar.

Apesar de todos esses ganhos, que espelham o esforço organizacional do Ministério da Educação, observa-se ainda uma série de notícias e editoriais que sugerem dificuldades no processo de matrículas das escolas estaduais e municipais em diferentes partes do país. Há registros de filas intermináveis e declarações contraditórias sobre a relação demanda/vagas oferecidas.

Preocupa o ministério que tais problemas sejam tão recorrentes. Embora seja esse tema uma responsabilidade dos governos estaduais e municipais, não se pode silenciar frente à gravidade do assunto. Ele compromete o esforço nacional do Plano Nacional de Educação para Todos e a consistência das medidas de organização encetadas pelo ministério. No fundo, compromete negativamente o próprio esforço de recuperação da qualidade do ensino.

No final do ano de 1993 realizou-se reunião do MEC com todos os órgãos envolvidos no planejamento das matrículas escolares. Insistiu-se na importância da organização interna de todas as secretarias de educação dos estados e municípios para que nenhuma criança ficasse sem matrícula garantida. Naquele momento destacou-se o fato de que se caminhava para uma situação quase satisfatória na relação entre demanda e vaga projetada, exceção feita à periferia das grandes áreas metropolitanas e ao meio rural.

Deve ser ainda assinalado que os dados disponíveis demonstram que a questão é perfeitamente administrável. Perguntamo-nos, no caso dos problemas referentes às matrículas da rede oficial de ensino, se as potencialidades das experiências dos horários múltiplos, dos calendários escolares alternativos e do aprofundamento da capacitação de recursos humanos estão sendo plenamente explorados. O professor bem preparado, com salário digno e com auto-estima, parece ser sempre o fator decisivo no sentido da melhoria dos serviços educacionais.

Em todo caso, o Ministério da Educação entende que as dificuldades devem ser compartilhadas. O desafio da educação será sempre um esforço de parceria onde Governo e sociedade precisam ajudar-se mutuamente.

Os problemas já estão diagnosticados. O MEC tem participado ativamente da busca de soluções como a proposição do Plano Decenal de Educação para Todos. A sociedade civil toma seu lugar como ator no processo da qualidade e da cobrança. Isso só estimula aqueles que acreditam nas potencialidades criadoras de uma sociedade educada e cidadã.

Murílio de Avellar Hingel é ministro da Educação.